

QUANDO A FÁBRICA CRIA O CLUBE: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO BANGU ATHLETIC CLUB (1910)

Nei Jorge dos Santos Junior¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

edfnei@hotmail.com

Recebido em 26 de junho de 2012

Aprovado em 15 de outubro de 2012

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de organização do Bangu Athletic Club e o seu progressivo e dependente relacionamento com a Companhia Progresso Industrial do Brasil. Num primeiro momento, busca-se evidenciar a importância da fábrica na construção e estruturação do bairro de Bangu. Posteriormente, o esforço concentra-se na relação dependente entre fábrica e clube, reestruturando não somente o seu aspecto geográfico, mas, sobretudo, na reconfiguração no tempo de lazer.

Palavras-chave: Bangu; fábrica; futebol.

Abstract

When the factory and establishes the club: the process of organization Bangu Athletic Club (1910)

The present work aims to understand the process of organizing the Bangu Athletic Club and its progressive and dependent relationship with the Company Industrial Progress of Brazil. At first, we highlight the importance of the factory in the building and structuring of the neighborhood of Bangu. Subsequently, the effort focuses on the dependent relationship between the factory and club, not only restructuring its geographical aspect, but especially in the reconfiguration in leisure time.

Keywords: Bangu; factory; football.

¹ Mestre em História Comparada (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Introdução

Já nos primeiros anos do século XX, verificou-se a difusão do futebol, principalmente nas grandes metrópoles, onde este esporte gradativamente rompia obstáculos e reunia cada vez mais um número maior de praticantes. Notadamente, seu caráter aristocrata era um fator marcante no Brasil nesse período. Clubes como Rio Cricket & Athletic Association (RJ), Fluminense Football Club (RJ), Club Atlético Paulistano (SP), Associação Atlética do Mackenzie College (SP), Paysandu Cricket Club (RJ), entre outros, mantinham tal tradição elitista e com isso se caracterizavam como símbolo de elegância e sofisticação, imputando-lhe um significado próprio nem sempre condizente com suas reais condições sociais.

No entanto, logo a própria dinâmica de desenvolvimento pôs em xeque a marca elitista dos primeiros anos. Com o advento das agremiações oriundas das fábricas e dos arrabaldes da cidade, provocava-se uma reconfiguração social, o que não permitiria mais caracterizá-lo como uma prática restrita a grupos de esportistas da Zona Sul. O futebol rapidamente ganhava proporções diferentes da imagem de distinção social desejada pelos *sportsmen*, tornando-se cada vez mais patente a participação de negros e trabalhadores, que, assim, promoviam um alargamento simbólico nos sentidos do jogo.

Reconhecidamente, a fundação dos clubes fabris², na cidade do Rio de Janeiro, revelava a difusão da prática e o acesso mais direto ao futebol entre as camadas populares. Entre essas agremiações, uma das mais notáveis foi a do Bangu Athletic Club, organizada e mantida pela Companhia Progresso Industrial do Brasil. De fato, a fundação deste clube, o primeiro clube operário da cidade, criara um modelo que seria, ao longo dos anos, adotado por muitos de seus pares.

² Bangu A. C. (1904), Carioca F.C. (1907), Andarahy A. C. (1909), Alliança F. C. (1910), entre outros.

Fundado no dia 17 de abril de 1904, o Bangu Athletic Club teve estrangeiros entre seus precursores³. Chegados à cidade, ainda em fins do século XIX, para trabalhar para a Companhia Progresso Industrial, que administraria a fábrica de tecidos fundada no bairro, em 1893, um grupo de técnicos ingleses mostrou-se disposto a criar uma agremiação nos moldes daquelas que existiam em seu país.

A princípio, os diretores da empresa não pareciam dispostos a apoiar tal iniciativa; o administrador da fábrica, Sr. Eduardo Gomes Ferreira, alegava ser contra qualquer tipo de jogo. Os ingleses, porém, não esmoreceram e continuaram a pedir recursos para a fundação do clube. As restrições só chegariam ao fim com o apoio do novo administrador, João Ferrer, que enxergava benefícios na criação de uma agremiação.

Com o apoio da fábrica, os fundadores do clube ampliaram o intuito inicial, atendendo principalmente aos interesses da empresa. Na própria ata de fundação percebe-se que o secretário ficou incumbido de divulgar a criação da agremiação, tanto em jornais do bairro como também entre os operários da fábrica, convidando os rapazes a entrar como sócio, expressando a possibilidade de aceitação de trabalhadores das mais variadas origens⁴. De acordo com Malaia (2010), o próprio valor para associar-se ao clube seria um importante fator para a sua popularização: 2\$000 de joia e uma mensalidade de 1\$000. Sendo que o salário dos operários ia de 94\$800 (no setor da fiação) até 260\$640 (no setor de acabamento), isto é, o clube já demonstrava, com isso, indícios que pretendia agregar o maior número de funcionários.

³ Sua primeira diretoria foi composta por: João Ferrer (Presidente Honorário), Willian French (Presidente), Thomas Donohoe (vice-presidente), Andrew Procter (Secretário e tesoureiro), José Villas Boas, James Hartley e José Soares (Conselho Fiscal), John Stark (*Capitain of Football*), Thomas Hellowell (*Capitain of Cricket*) e Frederick Jacques (*Capitain of Lawn Tennis*).

⁴ Livro de Atas das Sessões da Diretoria do Bangu A.C., 17 de Abril de 1904.

Assim, ao contrário de outros clubes da cidade, nos quais o núcleo de ingleses convidava compatriotas para compor a equipe, no Bangu, até pelo isolamento geográfico do bairro, chefes, empregados e até trabalhadores de outras nacionalidades integravam o time. Aos poucos, cresceu o número de brasileiros que permaneciam mais tempo na fábrica e podiam se dedicar de modo contínuo ao esporte, enquanto os estrangeiros voltavam aos seus países de origem (LEITE LOPES, 2004).

Ganhava destaque com o Bangu a figura do operário-jogador: o trabalhador que se destacava menos por tarefas laborais e mais por suas habilidades esportivas. Isso justificava uma série de privilégios: dispensa da exigência de frequência no trabalho em horários de treino e jogos, além de colocação em um posto mais leve (RODRIGUES FILHO, 2003). Logo as fábricas perceberam que o futebol estimulava os trabalhadores, aumentando seu sentido de pertencer à comunidade da empresa, e, dessa forma, diferentes fábricas passaram a incentivar a prática entre seus empregados. Entre elas, destacavam-se aquelas com vila operária ou *company town*, nas quais o esporte se enquadrava bem entre as atividades recreativas.

Isso tornou-se corriqueiro não somente em clubes localizados no subúrbio do Rio de Janeiro, mas por todo o Brasil. Na verdade, os custos que exigia a prática do futebol, nos moldes desejados pela Liga Metropolitana de Sports Athleticos⁵, tornaram importante a participação financeira das empresas para a manutenção da atividade.

A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a instalação do campo de futebol e a construção da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de aluguéis. Mensalmente, ela oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar

⁵ Fundada em 8 de julho de 1905, por representantes do América Foot-Ball Club, do Bangu Athletic Club, do Botafogo F. C., do Fluminense F. C. e do Foot-ball and Athletic Club), inicialmente chamada de Liga Metropolitana de Football, foi a primeira entidade organizativa do futebol no Rio de Janeiro, organizando os primeiros campeonatos. Depois surgiram outras ligas, mas a Metropolitana manteve-se sempre como a de maior prestígio.

seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores e outras. Quanto ao material esportivo, a fábrica poderia fornecer desde as camisas até a bola e as chuteiras (ANTUNES, 1994, p. 105).

Essa “dependência” manifestava a importância dos valores investidos nos clubes fabris, principalmente aqueles oriundos dos subúrbios da capital. Eram somente através desses subsídios que as agremiações conseguiam manter-se nos campeonatos da Liga, sem eles, provavelmente, não teriam condições de arcar com as taxas de inscrição, entre outros custos necessários para a manutenção de uma agremiação.

Nesse sentido, apoiando-se em registros diversos, especialmente relatórios e estatutos, o artigo tem por objetivo compreender o processo de organização do Bangu Athletic Club e o seu progressivo e dependente relacionamento com a empresa à qual estava vinculado.

Para alcance do objetivo, delimitamos como recorte temporal a década de 1910, por entender que esse período coincide com uma série de investimentos feitos pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, não somente na organização do espaço físico do clube, como também na própria criação e estruturação do bairro que residia, dando um tom peculiar à relação entre clube-bairro-trabalho.

Quando a fábrica cria o bairro

Fundada em 1673, pelo negociante português Manoel de Barcelos Domingos, a Fazenda Bangu, como era conhecida no período, revelava, ainda no final do século XVII, suas riquezas naturais e a capacidade produtiva da região. A área era basicamente rural, fazia parte da freguesia de Realengo, que foi desmembrada da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, formada por fazendas que se dedicavam à

produção de açúcar, aguardente e produtos que se destinavam à exportação pelo porto de Guaratiba, bem como ao mercado interno. Com a Proclamação da República, um novo fator veio alterar a condição exclusiva da agricultura da região: a construção de uma fábrica de tecidos.

A escolha do local ficou por conta do engenheiro Henrique de Morgan Snell, que conhecia a região por sua participação nos trabalhos de aumento da extensão do ramal de Santa Cruz, iniciados em 1878, partindo de Sapopemba e passando por Bangu em 1881 (SILVA, 1985).

Morgan Snell tinha um projeto de instalação de uma fábrica de tecidos e saiu oferecendo-o a quem tivesse capital para viabilizá-lo, apresentando sua suntuosa fábrica como um excelente investimento, em plena crise da economia agroexportadora (FREITAS, 2005). Esse momento associado ao declínio da burguesia comercial tradicional, que financiava a colheita do café, da borracha e do açúcar, marcava o crescimento de uma nova burguesia comercial, interessada em investir em transportes e na indústria. Por sua vez, essas atividades, apoiadas pelo governo, também eram favorecidas pela abertura de crédito às mesmas; pela desvalorização da moeda, que dificultava a importação de mercadorias, mas não a de máquinas e tecnologia; pela integração do mercado de mão-de-obra; pelo aumento do mercado consumidor, em virtude da Abolição da Escravatura e pela migração dos trabalhadores rurais para a cidade, barateando os salários (LOBO, 1978).

Nessa caminhada, o engenheiro se deparou com os banqueiros Conde de Figueiredo e o Comendador Manoel Salgado Zenha, que decidiram financiar o projeto. Assim, em 1889 foi constituída a Companhia de Progresso Industrial do Brasil, com a finalidade de construir uma fábrica de tecidos com 1.200 teares.

A construção da fábrica teve, em Bangu, um papel fundamental no desenvolvimento da região. A empresa, rapidamente, transformava as características do bairro, passando este de rural a urbano fabril. Esse é um fator importante para compreendermos o impacto das ações da fábrica na região e na vida dos seus trabalhadores.

A sua localização em área rural aparece, portanto, como uma variante ao padrão desenhado por um surto eminentemente urbano. A instalação da fábrica nesse local levava o progresso para o interior da cidade, para um território até então pouco estruturado. Isto é, ao instalar uma fábrica em plena área rural, mesmo sendo essa região no Distrito Federal, a Companhia Progresso Industrial do Brasil levava o desenvolvimento e a modernização a um espaço ainda caracterizada pelo modo de vida das fazendas.

A diferença marcante da Fábrica Bangu em relação às outras fábricas está ligada diretamente ao espaço geográfico que a companhia ocupou na capital brasileira, e isto foi algo que influenciou decisivamente na organização do seu espaço fabril (OLIVEIRA, 2006). Mesmo distante do centro da cidade, a região era de fácil acesso. A Estrada de Ferro Central do Brasil reduzia o percurso até o centro em uma hora, quase o mesmo tempo que se levava em carris de bonde da Gávea ou Tijuca até o centro da cidade (FREITAS, 2005). Sem contar que o transporte ferroviário permitia um volume maior de carga transportada, reduzindo os gastos. Nesse sentido, a ferrovia transformou-se num fator de suma importância na compreensão de sua localização e organização do seu espaço fabril.

Outro fator importante para a escolha do local foi a abundância de água na região, em contraste com os problemas de abastecimento no Rio de Janeiro. A Freguesia

de Campo Grande possuía terrenos com várias cachoeiras e rios (FREITAS, 2005). Nesse sentido, até mesmo em função da utilização da energia a vapor, a água era um componente imprescindível para as indústrias têxteis nas seções de branqueamento, tinturaria, estamparia, para o resfriamento das máquinas e conservação da temperatura, pontos fundamentais para determinar a qualidade do tecido e a manutenção das máquinas.

A região era praticamente inabitada, além de contar com pouca estrutura. Para se ter ideia, havia na região apenas uma rua, a Estrada Real de Santa Cruz, que foi aberta para permitir a comunicação com as Sesmarias dos Jesuítas, que se estendiam pelo litoral até as proximidades de Itaguaí (ASSAF, 2001). Com a expansão da indústria, logo se abriram outras duas ruas, a Estevão, nome do então presidente da fábrica; e a Fonseca, em homenagem ao diretor Manuel Moreira Fonseca. Foi nessas duas ruas que começou a ser erguida uma vila operária para técnicos e operários, com 95 casas, sendo uma delas localizada no fim da Estrada do Engenho, para a residência do Administrador da fábrica⁶.

Como era habitual no restante da cidade, as primeiras casas da vila operária não se destinavam aos operários menos favorecidos, mas aos mestres e contramestres. De acordo com Freitas (2005), essas primeiras casas possuíam três cômodos em tijolos e um pequeno anexo em madeira, nos fundos, utilizado como cozinha. Ainda de acordo com a autora, nessa época, as “casinhas” da Fábrica Bangu não possuíam sequer sanitários, que foram construídos mais tarde, em 1895, do lado de fora das casas, hábito considerado higiênico na época.

⁶ Esta casa, chamada de "Chalet" pelos operários, tinha um importante papel nas negociações comerciais, era nesta casa que se hospedavam as personalidades que visitavam a Fábrica.

Com o término das obras em 1892, a vila operária transformava significativamente as ações do bairro, acentuando as diferenças entre a realidade fabril-urbana da agrícola-rural. Por outro lado, essa transformação correspondia à ocupação de novas áreas habitacionais em função da produção de novos empregos que atraíam um grande número de trabalhadores para região, provocando uma aceleração de construções ilegais no terreno da própria companhia.

Diante disto, a fábrica via-se na obrigação de repensar o seu espaço físico, permitindo que qualquer operário, “mediante prévio exame e aprovação das competentes plantas, possa construir também, se o desejarem, casas para sua moradia”⁷. Segundo os relatórios da empresa, essa exigência servia para evitar o crescimento fora dos preceitos higiênicos entendidos pelo corpo de dirigentes da fábrica, além garantir mensalmente, a quantia de 4\$000⁸.

Por conta desses fatores, a população banguense crescia significativamente. Em 1895, a região contava com mais ou menos mil habitantes, sendo possível apontar um grande número de estrangeiros na região, o que demonstra a importância do assentamento no local da construção de uma indústria têxtil, exigindo tecnologia e mão de obra especializada. Destes, faziam parte cinquenta famílias italianas, cinquenta portuguesas, dez inglesas e dez de outras nacionalidades (SILVA, 1985). O restante da população era composta por ex-escravos e brasileiros vindos de outras regiões do Brasil, principalmente da área rural. Em 1900, esta mesma população já era estimada em quatro mil habitantes, o que demonstra um crescimento de 300%. No mesmo ano, foi criada a “Cooperativa do Bangu”, um enorme barracão onde funcionava um armazém, em que os trabalhadores poderiam fazer suas compras e serem descontados em folha de

⁷ Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1907.

⁸ Relatório da Companhia Progresso Industrial do Brasil, 1907.

pagamento. O objetivo da cooperativa era o de complementar o papel do engenho e da empresa agrícola, gerando uma autossuficiência na produção e distribuição de alimentos. Os arrendatários da Companhia poderiam colocar a sua produção agrícola para ser vendida. A fábrica, assim, passava a investir mais na ampliação da infraestrutura do núcleo urbano-fábril, dando uma dimensão maior àquela relação que já existia entre a fábrica e a vila-operária. Já em 1906, sua população era estimada em cerca de 6.317 habitantes, o que representou 55% de crescimento referente ao dado anterior. Deste número, Silva (1985) revela que 1.500 eram trabalhadores da Fábrica Bangu, o que revela a importância da indústria como centro econômico catalisador. Ainda de acordo com a autora, torna-se evidente que este crescimento demográfico corresponde ao desenvolvimento da Companhia Progresso Industrial do Brasil, instituindo concomitantemente um polo produtivo e um mercado consumidor.

Vale salientar que, neste período, a Companhia investiu na melhora do sistema de esgoto da região, substituindo as antigas fossas por outras mais higiênicas, com o escoamento para poços dissolventes (fossa italiana). Simultaneamente, a direção da fábrica destinou uma área para formação de um mercado permanente, onde os rendeiros e pequenos produtores rurais da região poderiam vender os seus produtos. Segundo Oliveira (2006), antes, isto era feito somente aos domingos, sob a forma de uma feira, que funcionava em frente à fábrica, no campo de futebol. Com o deslocamento da feira e a filiação do Bangu Athletic Club à Liga Metropolitana de Football, a área passou a ser destinada exclusivamente à prática do esporte.

Todas essas transformações ocorridas em Bangu ao longo da década de 1910 foram resultado de uma orientação que optou pelo estreitamento das relações capital-trabalho, através de um modelo nitidamente urbano-fábril, fruto da ampliação da escala

de produção capitalista do centro urbano-industrial do Rio de Janeiro. Como aponta Oliveira (2006), essa metamorfose torna-se patente na chegada de luz elétrica através da “Light and Power”, na criação da linha circular e no aumento do número de viagens de trens para a região. Ainda de acordo com o autor, tratava-se de uma reforma de modernização, que ampliou a escala de produção da fábrica e sua capacidade produtiva. Isto permitiu, por um lado, que a fábrica expandisse a sua produção ao longo desta década e, por outro, permitiu a melhoria da qualidade e a diversificação dos tipos de tecidos, fazendo com que ela atravessasse duas crises, a de 1913 e a de 1918, sem maiores problemas.

Bangu e a fábrica: um casamento (in)feliz?

A fundação do Bangu Athletic Club, assim como o surgimento de outros clubes fabris, promove um alargamento simbólico no cenário incipiente do futebol carioca na primeira década do século XX. Definitivamente, a inserção dessas agremiações mantendo em suas fileiras, brancos pobres, negros, entre outros representantes das camadas populares, indicava a força que a prática estabelecia entre os bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, essas ações só tornaram-se possíveis, graças ao apoio dado pelas empresas, que financiavam uniformes, terrenos para construção de campos e sede, materiais esportivos e garantia de emprego para aqueles mais habilidosos. Com isso, sempre que precisavam, utilizam instrumentos para garantirem a participação de suas equipes nos campeonatos mais importantes da época, principalmente o da Liga Metropolitana, disputado desde o início pelo Bangu Athletic Club.

A criação do Bangu partia de um grupo de técnicos estrangeiros, que iniciava com os dirigentes da fábrica uma relação que estabelecia o grande interesse que se passava a ter pela agremiação. Naquele momento a população do bairro contava com pouco mais de seis mil habitantes que direcionavam suas atividades em torno da fábrica, o que transformava o futebol em uma das principais opções de lazer dos moradores da região. Isto é, sua própria localização revelava a estreita relação que, desde seu surgimento, estabelecia com a companhia na qual trabalhavam seus sócios (PEREIRA, 2000).

Com o vínculo instituído, a fábrica criou elementos necessários para o desenvolvimento da agremiação, entre eles a construção de um campo para a prática do esporte; de frente para a Estação de Ferro, em linha paralela com a Rua Estevão, feito com grama inglesa retirada do próprio jardim da companhia, sob as ordens do administrador da fábrica João Ferrer.

Além da prática esportiva, outras atividades eram feitas nesse espaço. Aos domingos, rendeiros e pequenos produtores rurais da região vendiam seus produtos numa feira local. Com a fundação da Liga Metropolitana de Foot-ball, em 1905, a administração da companhia resolveu destinar uma área própria para realização destas atividades, com a criação de um mercado permanente, o que reservava o espaço do campo, apenas à prática do esporte.

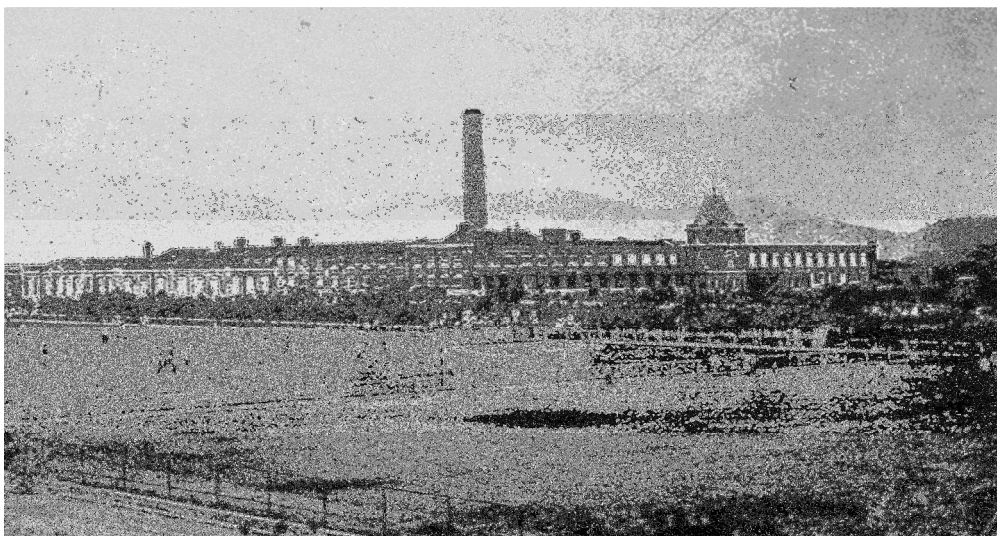


Figura 1: Campo de futebol da Rua Ferrer, foto de 1906.
Fonte: *Centro Cultural da região de Bangu*.

A participação no campeonato da Liga Metropolitana desencadeou mudanças na estruturação do clube. Com as constantes partidas realizadas em Bangu, sentia-se a necessidade de se construir uma sede social apropriada para a agremiação. Como era de se esperar, o terreno destinado foi cedido pelos administradores, e a construção seguiu os mesmos princípios estruturais arquitetônicos da fábrica. De acordo com Silva (1985), seu estilo era neoclássico, com fachada em calçada, e as esquadrias superiores não acompanhavam as esquadrias inferiores e as platibandas eram delimitadas por frisos na fachada. A sua fachada era em alvenaria de pedra com paredes de tijolo pintado sobre as mesmas, como se pode observar na figura abaixo (SILVA, 1985).



Figura 2: Sede Social do Bangu Athletic Club.
Fonte: *Centro Cultural da região de Bangu.*

Conforme descreve a autora, esta sede social era composta por um grande salão com pequenas salas laterais. O espaço ocupava toda a altura do primeiro e segundo andares e se impunha como um dos grandes salões do começo do século XX, principalmente aqueles que se referem à cidade do Rio de Janeiro.

A cobertura e a parte interna eram sustentadas por pilares de ferro. O forro e o piso era formado de pinho de riga, bem como todas as esquadrias. A decoração do salão foi feita com guirlandas de gesso dourado e grades lustres de ferro com mangas de cristal, como se pode observar na imagem abaixo.

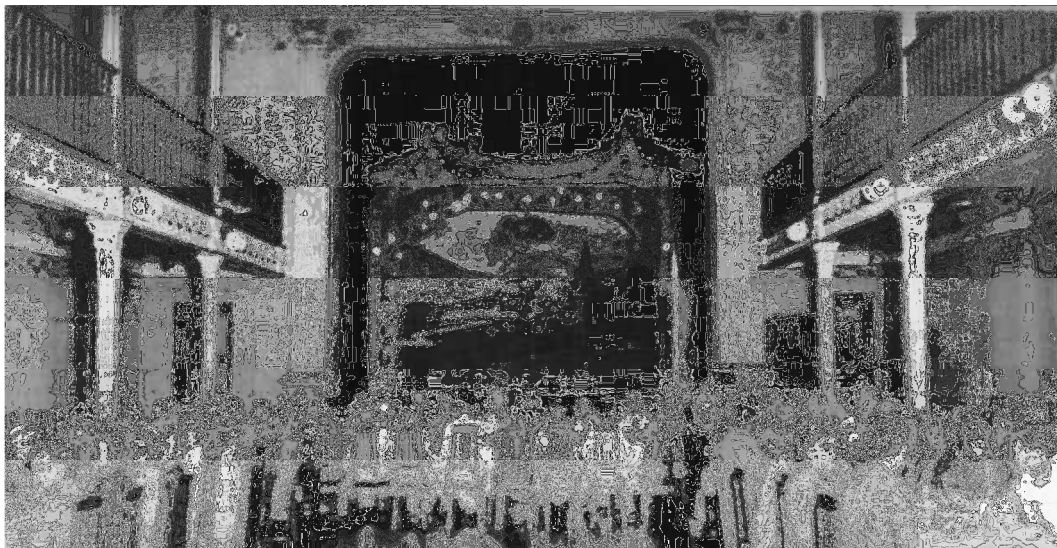


Figura 3: Salão da Sede Social do Bangu Athletic Club.
Fonte: *Centro Cultural da região de Bangu.*

Como uma espécie de extensão recreativa da fábrica, essa área representava uma continuidade do espaço do trabalho. Suas instalações se confundiam com as da companhia, compondo harmoniosamente um conjunto arquitetônico construído pela empresa no distante bairro fabril. De acordo com Pereira (2000), era normal, desse modo, que a empresa oferecesse ao clube uma estrutura adequada para seu funcionamento, tanto na parte física, como na compra de materiais, móveis, utensílios, uniforme e no financiamento dos festivais, condicionando o clube como mais um departamento da empresa.

A solicitação de recursos era encaminhada ao Presidente Honorário do clube, cargo definido claramente no artigo quatro em seus estatutos – “o presidente honorário do *club* sempre será o diretor gerente da Companhia Progresso Industrial do Brasil, que será consultado em todas as resoluções tomadas pela diretoria, estranhas a estes estatutos”⁹. Isto é, o administrador gerente avaliava e designava os recursos necessários

⁹ Diário Oficial, 16 de fevereiro de 1918 p. 2510. Extracto Estatutos do Bangu Athletic Club.

para o bom andamento do clube. Suas ações interferiam diretamente na política do grêmio, principalmente no controle e na composição de seus quadros e dirigentes ¹⁰. Vale salientar que qualquer obra, ou evento realizado pelo clube, por ter sua sede no terreno da companhia, precisava de autorização prévia da fábrica, até mesmo jogos e torneios, como a disputa da Taça Ferrer, em que o administrador impôs o número de competidores, data e condição de participação: “só poderá tomar parte neste torneio, jogadores que são empregados da Cia. Progresso Industrial do Brasil” ¹¹.

Essas ações indicavam a relação dependente da agremiação. O clube contava com o dinheiro e benefícios que a companhia oferecia. Tecia laços e identidades entre trabalhadores e patrão, como descreveu o redator da *Gazeta de Notícias* em 1907:

Imagine-se, pois, o que é uma festa ali, onde se reúne o inglês, o francês, o italiano e o brasileiro branco e de cor na mais ampla cordialidade, na mais encantadora harmonia, que não é perturbadora pela distinção de posições sociais e de outros prejuízos abomináveis. Todos ali têm um fim, divertem-se, têm um dever, portarem-se bem; porque lá estão os seus diretores solícitos e prontos, dispensando a todos eles amabilidades, atenções e tanta cousa, tanta que até parecem seus companheiros [...] quando são seus dirigentes (*Gazeta de Notícias*, 12 de dezembro de 1907).

A suposta posição harmoniosa interpretada pelo redator posiciona o clube como uma espécie de ligação entre os operários e seus dirigentes, desconsiderando qualquer ação contrária que pudesse haver na região.

A formação dessa identidade estabelecida pelo ambiente fabril, somado ao sentimento clubista, explicava a relação que muitos torcedores passavam a ter com seus times. Embora soubessem diferenciar-se da postura desejada pelos patrões, não assumindo o papel de legítimos representantes da empresa, os jogadores e torcedores desses clubes fabris formavam, com seus pares, uma conformidade que ficava, muitas

¹⁰ Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club de 28 de fevereiro de 1909.

¹¹ Acta da Sessão da Diretoria do Bangu Athletic Club de 21 de março de 1911.

vezes, claramente definida. Isto é, a organização dessas agremiações esportivas, fundada por trabalhadores das Fábricas e moradores dos bairros, estabelecia um conjunto de elementos – sentimento de pertença, ambiente fabril e sentimento clubista – que o ajudaram na construção de elos de sociabilidade, compartilhados na fundação do Bangu Athletic Club; e os seus moradores/torcedores, em grande parte, passaram a compartilhar de um modo muito particular na relação em que se expressava esse sentimento de viver, trabalhar e torcer.

Considerações Finais

Ao longo do texto percebemos a importância da Companhia Progresso Industrial do Brasil para o desenvolvimento da região de Bangu. Em outras palavras, a fábrica criou o bairro.

O isolamento da região também contribuiu para essa relação dependente, permitindo o domínio completo das ações do local, inclusive na possibilidade de expansão territorial. A direção da Companhia demonstrava claramente sua pretensão; por um lado, exercer um controle efetivo sobre as condições naturais de produção de sua propriedade fabril e, por outro, fomentar um mercado de força de trabalho ao redor da fábrica através do uso de suas terras por rendeiros e parceiros. Portanto, a Fábrica não estava preocupada somente em dar uma destinação econômica às suas terras, que complementasse a atividade fabril, mas também com a manutenção dos seus mananciais, fundamentais para o andamento da produção, assim como fornecimento de força de trabalho necessária à fábrica.

Assim, o bairro se reestruturaria não somente em seu aspecto geográfico, mas, sobretudo, na reconfiguração no tempo de lazer. A organização de uma agremiação

esportiva, fundada por trabalhadores da Fábrica Bangu, e moradores do bairro, estabelecia um conjunto de elementos – sentimento de pertença, ambiente fabril e sentimento clubista – que ajudava na construção de elos de sociabilidade compartilhados na fundação do Bangu Athletic Club. Pois seus moradores/torcedores, em grande parte, passaram a compartilhar um modo particular na relação em que se expressava esse sentimento de viver, trabalhar e torcer.

Nesse sentido, a instalação da Fábrica, nesse bairro inicialmente rural, provocou uma verdadeira transformação, uma mudança muito intensa e inovadora. Estas instalações abriram portas para algo, até então, totalmente novo, com novas relações de trabalho, capacidade de adquirir energia, social, de lazer, entre outras.

Referências bibliográficas

ANTUNES, F. M. R. F. O futebol nas fábricas. *Revista USP: dossiê futebol*, São Paulo, n. 22, p. 102-109, jun.-ago. 1994.

ASSAF, R. *Bangu: bairro operário, estação do futebol e do samba*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREITAS, A. O. *Abalou Bangu! A fábrica Bangu e a república nascente (1889-1914)*. 2005. 131f. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

LEITE LOPES, J. S. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, C.H.M.; DA SILVA, F. T.; FORTES, A. (Org.). *Cultura de Classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 121-166.

LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MALAIA, J. M. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. 489f. Tese de Doutorado em História Econômica - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona, vol. X, n. 218, p. 51, Agosto 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 14 Jul. 2010.

PEREIRA, L. A. M. *Footballmania: uma história social no Futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RODRIGUES FILHO, M. *O Negro no futebol brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SILVA, G. A. A. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em História Social – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.